Mensagens-chave do Fórum

FREAO 2026 - Resultados do Fórum

Sessão ministerial — GIRH & ODS 6

1. A sessão concluiu que a África Ocidental dispõe hoje de um quadro regional de governação da água sólido e reconhecido, fruto de mais de vinte e cinco anos de esforços coletivos.
No entanto, os próximos anos deverão ser consagrados à transformação dos progressos institucionais em resultados concretos para as populações, graças a uma melhor mobilização dos financiamentos, à inovação, a uma governação mais eficaz e a uma cooperação regional reforçada ao serviço da segurança hídrica, da resiliência climática e do desenvolvimento sustentável.

Financiamento das infraestruturas hídricas

1. Passar dos projetos identificados aos investimentos realizados e evidenciar o custo da inação

2. Fazer da preparação e da bancabilidade dos projetos a primeira etapa do financiamento

3. Diversificar os financiamentos e construir progressivamente uma soberania financeira regional da água
Os financiamentos públicos e concessionais continuam indispensáveis, mas devem ser complementados pelos fundos climáticos, financiamento misto, PPP, capitais privados, obrigações verdes e azuis e mecanismos de garantia.

4. Fazer da governação, da coordenação e da partilha de riscos aceleradores do investimento
Uma governação sólida e mecanismos de garantia são essenciais para atrair financiamentos.

5. Acelerar toda a cadeia «projeto – financiamento – obra – impacto» e garantir a durabilidade dos investimentos
Mobilizar financiamentos não é um fim em si: o objetivo é obter infraestruturas funcionais e impactos duradouros.

Cooperação regional e hidro-diplomacia

1. Uma interdependência hídrica estrutural
A quase totalidade das grandes bacias e vários aquíferos são transfronteiriços. As decisões nacionais podem, portanto, afetar diretamente os Estados vizinhos, tornando a cooperação regional uma necessidade estrutural.

2. A «diplomacia dos dados», garantia de confiança interestatal
A transparência e a partilha regular de dados hidrológicos, hidrogeológicos e climáticos fiáveis são essenciais para reforçar a confiança entre Estados, prevenir tensões e fundamentar as decisões.

3. Uma melhor governação dos aquíferos transfronteiriços
As águas subterrâneas constituem uma reserva estratégica face às secas e à variabilidade climática. O seu conhecimento, monitorização e governação concertada devem tornar-se uma prioridade regional.

4. Reforçar as capacidades das organizações de bacia
As capacidades técnicas, institucionais e financeiras das organizações de bacia permanecem desiguais e muitas vezes insuficientes face aos desafios crescentes: alterações climáticas, poluição, pressões demográficas, aquíferos e infraestruturas hidráulicas. Um reforço direcionado é indispensável para enfrentar os novos desafios (poluição, pressões demográficas, riscos climáticos).

Nexo Água-Energia-Alimentação-Ambiente

1. Uma operacionalização eficaz do WEFE exige uma liderança política forte e mecanismos de governação intersetorial estruturados.

2. Instrumentos de financiamento híbridos e inovadores são essenciais para reduzir o risco dos investimentos WEFE e atrair o capital privado.

3. O alinhamento entre os parceiros técnicos, as instituições de investigação e as agências de execução é essencial para um impacto escalável.

4. O envolvimento do setor privado prospera quando os projetos são rentáveis, os quadros regulamentares são claros incluindo a gestão do risco financeiro e as capacidades são reforçadas.

Género, Juventude e Inclusão Social

1. Existe um fosso entre as políticas e a sua implementação.
Além disso, a dimensão do género e da inclusão social está ausente das políticas e diretrizes relativas aos recursos hídricos na maioria dos países. É, portanto, necessário reduzir este fosso entre as políticas e a sua implementação, integrando sistematicamente o género e a inclusão social na gestão dos recursos hídricos, bem como nas políticas e planos de ação, estratégias e programas relativos à água, ao saneamento e à higiene (WASH), com mecanismos institucionais e dispositivos claros de responsabilização e prestação de contas.

2. Uma inclusão verdadeira e significativa exige que uma proporção importante de mulheres, jovens e grupos vulneráveis possa fazer ouvir a sua voz nas plataformas de decisão, aceder à informação e dispor das competências e das capacidades digitais necessárias para influenciar as decisões técnicas, estr
Isto permite-lhes contribuir para moldar a governação da água, não apenas enquanto beneficiários, mas também enquanto líderes, inovadores e agentes de mudança.

3. O género e a inclusão social devem ser integrados nos sistemas regionais de informação sobre a água, a fim de passar dos compromissos a resultados mensuráveis, favorecer uma tomada de decisão baseada em dados concretos e reforçar a prestação de contas.